



**CULTURAS ORAIS,
CULTURAS DO ESCRITO:
INTERSECÇÕES**

Mônica Yumi Jinzenji
Ana Maria de Oliveira Galvão
Juliana Ferreira de Melo
(organizadoras)



**CULTURAS ORAIS,
CULTURAS DO ESCRITO:
INTERSECÇÕES**

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Culturas orais, culturas do escrito : intersecções / Mônica Yumi Jinzenji, Ana Maria de Oliveira Galvão, Juliana Ferreira de Melo (organizadoras). – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2017. – (*Coleção Histórias de Leitura*)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-7591-486-1

1. Comunicação 2. Cultura 3. Escrita 4. Leitura 5. Letramento 6. Oralidade I. Jinzenji, Mônica Yumi. II. Galvão, Ana Maria de Oliveira. III. Melo, Juliana Ferreira de. IV. Série.

17-06678 CDD-306.43

Índices para catálogo sistemático:

1. Cultura escrita e oral : Sociologia educacional 306.43

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide

imagem da capa: Gerard Dou, *The Night School*, c. 1660.

[https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Reading_at_candle_light#/media/File:)

[Reading_at_candle_light#/media/File:](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Reading_at_candle_light#/media/File:)

[Dou,_Gerard_-_The_Night_School_hi_res_-_c._1660.JPG](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Reading_at_candle_light#/media/File:)

preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

**Esta obra conta com o apoio do
CNPq para a sua publicação**

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

AGOSTO/2017

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.



PREFÁCIO9
Anne-Marie Chartier

APRESENTAÇÃO.....15

PARTE I – O ESTUDO DAS INSTÂNCIAS

A FAMÍLIA

MEMÓRIAS DE ALFABETIZAÇÃO NO ESPAÇO DOMÉSTICO:
MOBILIZAÇÕES E ESTRATÉGIAS FAMILIARES EM TORNO
DO ENSINO-APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA
ESCRITA (MINAS GERAIS, 1950, 1960 E 1970)35
*Ana Paula Pedersoli Pereira e
Isabel Cristina Alves da Silva Frade*

LAÇOS FAMILIARES MEDIADOS PELO ESCRITO:
UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA SOBRE A TRANSMISSÃO
DAS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA.59
*Lisiane Sias Manke,
Vania Grim Thies e
Eliane Peres*

A ESCOLA

GRUPOS ESCOLARES: ESPAÇOS DE PRODUÇÃO,
CIRCULAÇÃO E TRANSMISSÃO DO ESCRITO
(PERNAMBUCO, 1912-1937)81

Adlene Silva Arantes

A IGREJA

A IGREJA CATÓLICA COMO INSTÂNCIA DE DIFUSÃO
DE TEXTOS E DE PRÁTICAS DE LEITURA: O CASO DE UMA
COMUNIDADE RURAL NO NORTE DE MINAS GERAIS107

Maria José Francisco de Souza

O TEATRO

VER E OUVIR TEXTOS ESCRITOS EM CENA: INDÍCIOS
DE UM MODO DE PARTICIPAÇÃO NAS CULTURAS
DO ESCRITO (SÃO JOÃO DEL REI, PRIMEIRAS
DÉCADAS DO SÉCULO XX)129

Carolina Mafra de Sá e

Ana Maria de Oliveira Galvão

INTERDEPENDÊNCIA ENTRE AS INSTÂNCIAS

AGENTES DE LETRAMENTO E “NOVOS LETRADOS”:
UM ESTUDO A PARTIR DA ANÁLISE DE AUTOBIOGRAFIAS
(MINAS GERAIS, BRASIL; ILLINOIS, ESTADOS UNIDOS,
(PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX).151

Ana Maria de Oliveira Galvão,

Cecília Rodrigues Fadul,

Larissa Maria de Resende Neiva e

Simone Aparecida Neves

PARTE II – O ESTUDO DOS OBJETOS

O LIVRO

O MENINO POETA DE HENRIQUETA LISBOA:
CRIAÇÃO, PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO DA OBRA.183

Raquel Cristina Baêta Barbosa e

Isabel Cristina Alves da Silva Frade

A CORRESPONDÊNCIA
NÃO TE ESQUEÇA DA TUA CONSTANCINHA 211
Eliane Marta Teixeira Lopes

O HAIKU
A ESCRITA DE HAIKU POR MULHERES
DE UMA COMUNIDADE NIPO-BRASILEIRA
DO NORTE DE MINAS GERAIS (1988-2007) 225
Mônica Yumi Jinzenji

PARTE III – O ESTUDO DOS SUJEITOS

MULHERES QUILOMBOLAS
A ESCRITA NO QUILOMBO: A RELAÇÃO DE
MULHERES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO
MATO DO TIÇÃO/MG COM AS CULTURAS DO ESCRITO 245
*Maria Raquel Dias Sales Ferreira,
Carmem Lúcia Eiterer e
Shirley Aparecida de Miranda*

UM PROFESSOR DO ALTO SERTÃO BAIANO
DO MANUSCRITO AO IMPRESSO NA BIBLIOTECA:
A TRAJETÓRIA DE LEITURA DE UM PROFESSOR
NO ALTO SERTÃO DA BAHIA (1909-1957) 271
Joseni Pereira Meira Reis

UMA NOVA LEITORA
A CONSTITUIÇÃO DA BIBLIOTECA PESSOAL
DE UMA “NOVA LEITORA” (1960-1990) 297
*Fabiana Cristina da Silva,
Andrea Tereza Ferreira Brito e
Clara Maria Miranda de Sousa*

OS LEITORES DE FOTONOVELAS
OS LEITORES DA REVISTA GRANDE HOTEL:
APROPRIAÇÕES DE UM IMPRESSO DE AMPLA
CIRCULAÇÃO (MINAS GERAIS, 1947-1961) 319
Juliana Ferreira de Melo

PARTE IV – RELAÇÃO DO ESCRITO COM OUTRAS LINGUAGENS

A DIMENSÃO ORAL DA LINGUAGEM

VOZES AFROBRASILEIRAS EM PUBLICAÇÕES
DE CONTOS ORAIS NO BRASIL349

Josiley Francisco de Souza

A (IM)PERMANÊNCIA DA VOZ: ENCONTROS COM A
PALAVRA DE CONTADORES DE HISTÓRIAS TRADICIONAIS E
CONTEMPORÂNEOS DE BURKINA FASO379

Keu Apoema

O DIGITAL

O DIGITAL NAS CULTURAS DO ESCRITO405

Daniela Perri Bandeira

A IMAGEM

MEMÓRIAS DE APROXIMAÇÕES COM A
ESCRITA E A LEITURA IMAGÉTICAS423

Maria Betânia e Silva

O ESCRITO, O ORAL E OS PROCESSOS COGNITIVOS

UMA LEITURA DAS CONTRIBUIÇÕES DE DAVID OLSON
PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE ORALIDADE
E ESCRITA COMO FORMAS DE COMUNICAÇÃO
E REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE443

Carlos Henrique de Souza Gerken

SOBRE OS AUTORES471



*Anne-Marie Chartier*²

“Na África, cada vez que morre um ancião, é uma biblioteca que se queima”. Em 1962, Hampâté Bâ³ deu essa resposta ao senador americano Benson, para quem os africanos eram “analfabetos e ignorantes”. Analfabetos, logo, forçosamente, ignorantes; na época, essa evidência era partilhada por todas as potências ocidentais. Ela guiava as grandes campanhas de alfabetização que iam, pensava-se, vencer rapidamente a ignorância e a pobreza e abrir as portas do progresso (modernidade e crescimento) às nações do “Terceiro Mundo”. A citação de Hampâté Bâ tornou-se proverbial e esteve, durante muitos anos, impressa na capa da revista da UNESCO. A organização internacional encarregada da cultura sob a égide da ONU mostrava assim, publicamente, que ela reconhecia a diferença entre cultura e cultura escrita. Mas, na época, o que se compreendia pela palavra “cultura”?

-
1. Tradução de Ceres Leite Prado e de Ana Maria de Oliveira Galvão.
 2. Pesquisadora do Laboratoire de Recherche Historique Rhône-Alpes/École Normale Supérieure-Lyon.
 3. Amadou Hampâté Bâ (1900-1991), nascido no atual Mali, foi escritor, etnólogo, historiador, poeta e contador de histórias. Foi um grande estudioso das tradições orais africanas e um dos primeiros autores a reconhecê-las como fontes legítimas de conhecimento. É autor de vários livros, alguns dos quais publicados em língua portuguesa. Nota das tradutoras.

Hampâté Bâ havia, de certa forma, abalado uma representação da cultura que coincidia totalmente com seu símbolo, a biblioteca. A cultura, para o mundo ocidental, eram coleções de livros, soma acumulada de saberes, herança patrimonial de civilizações seculares. Hampâté Bâ lembrava que as obras do espírito, tesouro recebido, transmitido ou criado, podiam também ser “estocadas” na memória viva de alguns homens, velhos sábios, contadores de histórias, griôs, grandes mestres da palavra. A separação entre a cultura da oralidade, aquela que um ancião tem à disposição em seu próprio interior, e a cultura livresca da biblioteca era então clara. Uma delas, inseparável daquele que a carrega, morre com ele; a outra perdura por tanto tempo quanto durarem seus suportes, pedra, papiro, pergaminho, papel. *Verba volant, scripta manent*: as palavras voam, os escritos permanecem. Gravados, manuscritos ou impressos, os textos constituíam o domínio dos historiadores, dedicados aos arquivos da cultura escrita. Os antropólogos das sociedades sem escrita dedicavam-se às culturas orais; seu trabalho era o de coletar as histórias, os contos, as lendas, os mitos; de registrar os provérbios, os poemas, os cantos e as palavras rituais. Recolhê-los para transcrevê-los; essa era a tarefa que Hampâté Ba tinha atribuído a si mesmo. As culturas orais só poderiam sobreviver se entrassem numa biblioteca «de verdade». As palavras vivas seriam convertidas em tesouro arquivado, as vozes fugitivas seriam fixadas na perenidade do legível. Para as culturas orais, não havia sobrevida imaginável fora da escrita.

Isso tudo aconteceu há meio século. O que aprendemos desde então? O que mudou em nossa “representação” da cultura e das oposições entre cultura escrita e cultura oral?

A primeira mudança diz respeito à partilha dos territórios: as fronteiras que pareciam tão bem traçadas se confundiram rapidamente. Os etnólogos não foram todos para as Ilhas Samoa ou para o Mato Grosso; alguns deles exploraram a região rural onde tinham passado a infância ou a periferia das grandes cidades, e descobriram, não muito longe de seus laboratórios universitários de pesquisa, culturas orais desapercibidas: memórias rurais ou operárias, lembranças de imigrações longínquas ou recentes, rituais familiares transportados para longe de suas raízes, reinventados para serem perpetuados, em torno de nascimentos, refeições festivas, rituais de luto. Ao mesmo tempo, os historiadores se apaixonaram por antigas culturas populares que a história tinha esquecido, estigmati-

zado, marginalizado, folclorizado (carnaval, superstições, feitiçarias, peregrinações). Eles encontraram seus traços em relatórios policiais, arquivos de processos, narrativas de testemunhas comuns. Assim, a cultura oral sobrevivia fortemente nas margens da sociedade contemporânea e a antiga cultura escrita era atravessada de um lado a outro pela presença de culturas orais.

A segunda mudança relaciona-se à desigualdade das posições. Nesse emaranhado das culturas, o poder daquele que tinha a pena (secretário, escrivão, policial, juiz, tabelião, mas também o padre ou o professor) era percebido facilmente. Era ele que interrogava, reformulava, impunha suas palavras, decidia o que era verdadeiro ou falso, separava o importante do acessório. Apesar de sua boa vontade, todo “mestre de escrita” exercia sua dominação sobre aquele que tinha apenas a palavra. Essa dominação tornava-se ainda mais violenta porque ele escrevia na língua oficial do Estado, ao passo que as culturas orais eram ditas nas mil variantes das línguas vernaculares, falares populares, dialetos e *patois*. Isso tudo alimentava as frustrações, as denúncias e as reivindicações políticas contra a “cultura dominante”, em um período de emancipação colonial, de separatismo regional ou de reconhecimento de povos autóctones. Entretanto, o que tornava essa dicotomia instável é que ela era parasitada pela emergência triunfante de um novo oral, o do rádio, o do cinema, o da televisão. Como qualificar a “cultura oral” da mídia de massa, principalmente quando ela acrescenta à força das palavras a força das imagens? De qualquer forma, não se poderia ver aí uma cultura arcaica e dominada (ela falava inglês) nem uma cultura frágil que devia ser preservada (ela era um fluxo efêmero, em contínua renovação). Alguns acreditaram que ela colocava em perigo a “civilização do livro”, herdada de Gutenberg; outros pensaram que o fluxo contínuo de suas mensagens, imposto a um público cativo e mudo, predispunha os espíritos à passividade e preparava o reino de um pensamento único em um cenário de diversão padronizada. Tornava-se urgente retomar a definição “da” cultura.

Chegamos então à terceira mudança, relacionada aos objetos culturais e seus usos. O repertório dos produtos impostos pelas indústrias culturais, novas (a mídia de massa) e antigas (a edição), deveria ser diferenciado da análise de sua recepção. A oposição, clássica, entre cultura oral e cultura escrita tratava os objetos culturais como coisas. Os relatos de pes-

quisas etnográficas, as edições de contos e mitos de todo o mundo, assim como os livros organizados nas bibliotecas e os dossiês catalogados nos fundos de arquivos tinham sido, até então, considerados como “estoque”. Os pesquisadores tinham feito seu inventário: tinham contado os produtos da edição, construído curvas estatísticas de obras, estudado as tiragens e exumado títulos de sucesso que tinham desaparecido sem deixar traços. Os historiadores tinham identificado, ao lado dos livros, a importância das revistas, dos jornais, dos panfletos. Mas nada disso mostrava como a cultura escrita aprisionada nas páginas era recebida pelo público. Da mesma forma, a reconhecida dominação da mídia do som e da imagem deixava intacto o enigma de seu impacto. O grande público era manipulado pela mídia? A ideia de um condicionamento de que os auditores passivos teriam sido vítimas inconscientes, impotentes, condescendentes, era colocada em questão pelas pesquisas junto aos “consumidores”, bem mais ativos do que se imaginava. Podia-se, da mesma forma, colocar em questão a recepção da cultura escrita, durante muito tempo concebida como uma simples absorção dos textos; a submissão do leitor à letra era talvez apenas um ideal de professores ou de pessoas letradas. A leitura tornava-se um novo objeto de pesquisa, separado da história da produção escrita.

Os sociólogos abriram o caminho das novas pesquisas começando pelo que era mais objetivável (quem lê o quê?). A quantificação das leituras (grandes leitores, leitores “fracos”, não leitores) coincidia evidentemente com as posições sociais e os níveis de escolaridade, mas os pesquisadores descobriram rapidamente que essas declarações privilegiavam as leituras “memoráveis”, legítimas, que podiam ser declaradas, ou seja, a leitura dos “verdadeiros” livros. Elas deixavam na sombra muitas leituras esquecidas, inconfessáveis, sem importância: revistas de moda, jornais esportivos, romances policiais, livros ilustrados que tinham sido lidos para crianças. Foi preciso uma grande paciência para elaborar métodos de pesquisas apropriados para possibilitar a apreensão do gesto invisível da leitura que não deixa traços na consciência. Ao mesmo tempo, afastando-se da experiência objetiva, os psicólogos não paravam de complexificar as modelizações para determinar os “componentes do ato de ler” (análise dos movimentos dos olhos, identificação quase automática das palavras, limites da exigência de atenção, recapitulação na memória para não “perder o fio”, autocontrole da compreensão). Um leitor experiente efetua es-

sas operações sem pensar, sem ao menos se dar conta delas, o que não é o caso de uma criança em fase de aprendizagem ou um leitor com dificuldades. As pesquisas sobre os constituintes neurológicos da leitura permitiam que se compreendesse melhor o que poderia perturbá-la, mas nada diziam sobre as evoluções sociais e culturais do mundo dos leitores.

Como os historiadores não podiam fazer entrevistas *post-mortem* com os leitores do passado, eles recorreram inicialmente a vias indiretas: não confundir os produtos designados como “populares” com seu público leitor real, não esquecer que a leitura em voz alta, as recitações, as declamações teatrais permitiam a auditores iletrados ou leitores com pouca experiência ter acesso a uma cultura letrada. Enfim, confrontar os discursos dos prescritores (escola, clero, bibliotecários, livreiros, associações de ajuda mútua, instituições assistenciais, círculos filantrópicos), aos testemunhos dos receptores. Os registros de empréstimos nas bibliotecas, a correspondência, os diários íntimos, as narrativas de vida permitiram assim situar, no cotidiano das vidas, as experiências de leitura de antigos alunos, operários nas oficinas, paroquianos, membros de grupos de amizade ou familiares. Contra a imagem (imortalizada em tantos quadros) do leitor sozinho diante da página, isolado em seu espaço de silêncio, desvelava-se o avesso do cenário: a circulação das leituras em redes de trocas entre gerações e sociabilidades entre pares.

Sabíamos disso pela experiência, é claro, mas não tínhamos prestado atenção. As leituras fazem falar, mais do que fazem escrever, ainda mais porque fazem parte da cultura oral tanto como fazem parte da cultura escrita. E esse foi, durante muito tempo, o ponto cego da oposição entre cultura oral e cultura escrita: os letrados eram pensados apenas através de suas relações com a escrita, como se o oral fosse o apanágio das culturas populares e dos iletrados. Mas os “mestres de escrita” sabiam falar e não se privavam disso. Também eles não pararam de ter culturas orais, profissionais, sociais, de amizade. Aliás, pode-se usar o verbo “ter”? Não seria melhor dizer que eles “faziam”, pois eram suas práticas de escrita, de leitura e de trocas orais que constituíam essas “teias de significado que eles próprios tecem” retomando a fórmula de Max Weber, citada por Clifford

Geertz?⁴ Essa discussão é que constitui o horizonte teórico da obra organizada por Mônica Yumi Jinzenji, Ana Maria de Oliveira Galvão e Juliana Ferreira de Melo, pois é exatamente nesse momento de reflexão sobre a cultura que se situa o livro.

Meio século de pesquisas permitiu esclarecer e, ao mesmo tempo, complexificar, nossa representação do que é a cultura, considerando-a do ponto de vista das práticas. Hoje, os pesquisadores podem se interrogar tranquilamente, por meio de estudos de caso, a respeito das “intersecções” entre culturas orais e culturas do escrito. Não mais a “Cultura” no singular, mas as “culturas”, no plural. Em 1974, no livro *La culture au pluriel*⁵ (paradoxo de um título ainda no singular), Michel de Certeau tornava a cultura “um fazer portador de sentido”, uma prática social significativa para aquele que a efetua. É justamente isso que cada uma das seções deste livro ilustra bem. Sob diferentes ângulos de entrada, elas retraçam todas as dinâmicas de produção e de apropriação, quer se trate de instâncias que iniciam à cultura escrita (família, escola, igreja, teatro, coletividades), de objetos apreendidos em sua elaboração (livro, correspondência, composição de haicais), de sujeitos (grupos ou indivíduos com trajetórias abertas, improváveis, inventivas) ou de escritos combinados a outras formas, tradicionais (o oral cujo apagamento Hampâté Bâ temia), modernos (a imagem), ou recentes (o digital). O fato de a obra terminar com uma reflexão sobre o trabalho de David Olson, tão preocupado em encontrar na escrita as marcas de uma oralidade perdida (os recuos da *mise en page*, os sinais de pontuação e de enunciação, pontos de interrogação, de exclamação, aspas), confirmam *a posteriori* a orientação do conjunto. É a força inventiva dos atores que dá sentido ao ato de escrever e de ler. Processo interminável, já que cada geração, nascida analfabeta, deve refazer (mas a seu modo) o mesmo caminho. Como esse gesto é sempre acompanhado de uma tomada de palavra, as intersecções entre culturas escritas e culturas orais não são circunstanciais: elas são constitutivas de sua existência.

4. A autora se refere à definição de cultura discutida por Clifford Geertz, a partir de Max Weber, no livro *A interpretação das culturas*, publicado originalmente em 1973. Nota das tradutoras.

5. No Brasil, o livro foi publicado em 1995: *A cultura no plural*. Campinas: Papirus. Nota das tradutoras.

A PRESENTAÇÃO

Os estudos sobre cultura escrita, embora crescentes no Brasil, ainda são insuficientes para a compreensão desse fenômeno complexo, em suas diferentes dimensões e em tempos históricos distintos. Como dissemos em outro momento (Galvão e Frade 2016), esses trabalhos, que mantêm uma relação estreita com campos como a história do livro e da leitura, a história da educação, e os estudos sobre oralidade, alfabetização e letramento, têm ganhado contornos próprios, sobretudo em algumas tradições disciplinares e culturais. Nesse sentido, autores advindos dos campos da História, como Armando Petrucci, Antonio Castilho Gómez, Roger Chartier, Jean Hébrard, Anne-Marie Chartier, Harvey Graff e David Vincent; da Antropologia, como Jack Goody, Lévi-Strauss e Walter Ong; e da Psicologia, como David Olson, Sylvia Scribner, Michael Cole, Lev Vigotski e Alexander Luria, têm contribuído para a configuração do campo em nosso País. Nesse contexto, temos assistido, nos últimos anos, ao surgimento de grupos de pesquisa e de eventos dedicados à temática, à publicação de artigos e dossiês em periódicos, livros e capítulos de livros, à produção de teses e dissertações que a problematizam. Este livro expressa esse momento da produção nacional e, ao mesmo tempo, busca contribuir para o avanço do conhecimento sobre as múltiplas dimensões do fenômeno. Nessa direção, a intenção do livro, mais do que divulgar resultados de pesquisas concluídas e dar visibilidade à produção do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura Escrita, sediado na Faculdade de Educação da Universidade

Federal de Minas Gerais, é tentar trazer novos elementos para as problematizações teóricas que temos feito nos últimos anos em torno do tema.

Os estudos reunidos neste livro têm, assim, sua origem em pesquisas realizadas por participantes e/ou ex-participantes do referido grupo, formado por estudantes de graduação, mestrado e doutorado, professores da escola básica e de diferentes universidades públicas e particulares, a ele associados. Os pesquisadores do grupo de pesquisa têm, desde a sua criação, em 2004, sistematicamente, se reunido e promovido seminários para debater textos teóricos, discutir e consolidar resultados das pesquisas, planejar novos programas de investigações, elaborar capítulos de livros e artigos para serem apresentados e publicados em eventos, em periódicos da área e em livros.¹ No caso específico do processo de produção deste livro, todos os textos foram discutidos em reuniões preparadas para esse fim, em um processo que durou mais de um ano. Expressam, portanto, um trabalho de reflexão coletiva, embora cada autor(a) seja responsável por suas próprias análises.

Mas, afinal, o que é cultura escrita? Em outro trabalho (Galvão 2010), assumimos que, se tomarmos o conceito de cultura em uma acepção antropológica, ou seja, como toda e qualquer produção material e simbólica criada a partir do contato dos seres humanos com a natureza, com os outros seres humanos e com os próprios artefatos criados a partir dessas relações,² podemos considerar que a cultura escrita é o lugar – simbólico e material – que o escrito ocupa em/para determinado grupo social, comunidade ou sociedade. No mesmo trabalho (Galvão 2010), propomos, para retomar uma expressão de Roger Chartier (2002), cinco³ possíveis “entradas” para se estudar a cultura escrita: as instâncias,

-
1. Destacamos, ao longo desse processo, a participação, em nossas discussões, de pesquisadores como Anne-Marie Chartier, Antônio Augusto Gomes Batista, Elsie Rockwell, Harvey Graff, Jean Hébrard e Magda Soares.
 2. Entre as inúmeras definições de cultura utilizadas em estudos realizados no âmbito da Antropologia, recorremos, principalmente às ideias de Clifford Geertz que, por sua vez, se baseia em Max Weber, quando explicita que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise” (1989, p. 15).
 3. Evidentemente, o número de vias de entrada para se estudar a história das culturas do escrito é muito maior do que as que aqui sistematizamos. Poderíamos, por exemplo, desde já, acrescentar uma sexta via de entrada: o estudo dos suportes da escrita,

os objetos, os sujeitos, os meios de inscrição e os meios de produção e transmissão das múltiplas formas que o fenômeno assume. Acreditamos que todas essas vias possibilitam ao pesquisador apreender, por meio de indícios, aspectos do lugar que o escrito ocupa/ocupou em determinado tempo e espaço. Nesse sentido, como será detalhado a seguir, organizamos o presente livro considerando, inicialmente, essas diferentes vias de entrada, acrescidas da discussão sobre as relações entre o escrito e outras dimensões da linguagem.

O estudo das instâncias

Que instâncias têm contribuído, historicamente, para aproximar as pessoas do escrito, particularmente em um país de imprensa e escolarização recentes, como é o caso do Brasil? Como discutimos em trabalho já citado (Galvão 2010), pode-se afirmar, de modo geral, que a família e a escola são as duas instituições que, historicamente, têm se responsabilizado pelo ensino da leitura e da escrita. Outras instâncias, no entanto, também podem assumir um papel importante no ensino e, sobretudo, na difusão e circulação do escrito, como é o caso do trabalho, da burocracia do Estado, do espaço público da cidade, do comércio, das Igrejas de diferentes denominações e de bibliotecas, sociedades literárias, imprensa, tipografias e editoras. Podemos também pensar que espaços como as associações, os movimentos sociais e políticos, o teatro, o cinema, o rádio e, mais recentemente, a televisão e o computador/a internet, podem ainda contribuir para que as pessoas se familiarizem e se aproximem das lógicas do mundo da palavra escrita. De todas essas instâncias, algumas têm sido privilegiadas na produção brasileira sobre o tema, como a imprensa (23,4% do total, na produção analisada) e a escola (18,9%).⁴ Pode-se per-

ou seja, da base material que, ao longo do tempo, foi utilizada para recebê-la – o papiro, o pergaminho, o papel; e também o mármore, a folha de bananeira etc.

4. O levantamento da produção sobre o tema foi feito por meio do banco de teses da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Utilizamos, para localizar os trabalhos disponíveis no portal (www.capes.gov.br), a ferramenta de busca por assunto, por meio das seguintes expressões: cultura escrita; culturas do escrito; história do letramento; história da leitura; história da escrita;

ceber, portanto, que a ênfase da produção recente do campo concentra-se, exatamente, nos modos convencionais de participação nas culturas do escrito, possibilitados pela escola, pelo impresso e pela alfabetização. No presente livro, buscamos ampliar a compreensão do papel que têm desempenhado na configuração da cultura escrita em determinadas sociedades também outras instâncias: além da família e da escola, reunimos estudos que focalizam a Igreja Católica e o teatro.

A família

A primeira e a segunda pesquisa buscaram investigar a família como instância de alfabetização e de promoção da participação nas culturas do escrito, na segunda metade do século XX. A primeira delas, de autoria de Ana Paula Pedersoli Pereira e Isabel Cristina Alves da Silva Frade, investigou processos de alfabetização doméstica ocorridos na zona rural da região sul/sudoeste de Minas Gerais nas décadas de 50, 60 e 70 do século XX. Foram analisadas entrevistas realizadas com pessoas que, na infância, foram alfabetizadas nas próprias casas, visando compreender suas experiências e práticas de aprendizagem de leitura e escrita e outros usos do escrito vivenciadas no espaço doméstico. O estudo aponta que são múltiplas e complexas as motivações para tais práticas familiares, indicando como ela se dava em diálogo com a materialidade e métodos escolares, associada ao uso de outros suportes de texto, tais como os de natureza comercial e religiosa.

história da leitura e da escrita; história da alfabetização; história do livro; história de bibliotecas; história da tipografia; tipógrafos; história da editoração; história da imprensa; história da escola; história da educação; história da educação de adultos; história do teatro; e, por razões que esperamos que fiquem evidentes ao longo deste livro, da expressão narrativa oral. Localizamos, a partir do levantamento realizado, 237 teses e dissertações que analisam dimensões das culturas do escrito ao longo da história. É importante destacar que, desse total, apenas cinco trabalhos utilizaram, explicitamente, a expressão “cultura escrita” em seus resumos ou palavras-chaves. Esse dado nos leva a considerar que se trata, de fato, de uma área em construção. É importante enfatizar, também, que consideramos como pesquisas “históricas” aquelas que buscaram apreender seus objetos de estudo em outras épocas, anteriores à década de 70 do século XX. Não adotamos critérios propriamente historiográficos para incorporá-las em nossa análise. Uma análise dessa produção encontra-se em Galvão (2010).

No segundo estudo, de Lisiane Sias Manke, Vania Grim Thies e Eliane Peres, por meio de entrevistas com um agricultor residente na região sul do Rio Grande do Sul, são analisadas as singularidades de sua família como instância de transmissão cultural de práticas de leitura e escrita. O artigo questiona as interpretações sociológicas clássicas e aponta como um sujeito que, tendo tido uma “trajetória atípica”, como o fato de viver no meio rural, ter estudado os três primeiros anos do curso primário, nas primeiras décadas do século XX, desenvolveu hábitos de leitura e escrita incomuns para o mesmo perfil. Utilizando o referencial teórico de Bernard Lahire e realizando uma análise do social individualizado, as autoras demonstram como um sujeito constrói o reconhecimento da legitimidade das práticas de leitura e escrita herdadas da família, esforça-se por conservá-las nas gerações seguintes; e como isso se desdobra, por sua vez, em distintas disposições voltadas para essas mesmas práticas pelos seus descendentes.

A escola

O estudo de Adlene Silva Arantes investiga os grupos escolares como instância de produção, circulação e transmissão do escrito, em especial para as crianças negras que os frequentavam nas primeiras décadas do século XX em Pernambuco, grupo esse tradicionalmente associado à cultura oral. Utilizando uma gama variada de fontes, como os anuários de ensino, programas de disciplinas dos grupos escolares, relatórios, regimentos e legislação da instrução pública, revistas de ensino, iconografia e jornais do período estudado, a pesquisadora identifica práticas/espços que ampliam a relação dos estudantes com o escrito, tais como a participação nos clubes literários, nos grêmios estudantis e no jornal escolar.

A Igreja

Maria José Francisco de Souza analisa o papel da Igreja Católica como instância de produção, circulação e transmissão de material escrito e de práticas de leitura numa comunidade rural do norte de Minas Gerais. Por meio da observação de celebrações realizadas na igreja da comunidade, da análise de entrevistas realizadas com frequentadores des-

sas celebrações e de materiais impressos presentes em suas residências, a pesquisadora discute a função dos rituais católicos na promoção do desenvolvimento das habilidades de leitura. Essas celebrações e a forma de conduzi-las incentivavam os fiéis a aperfeiçoar a leitura individual e oral/pública, o estudo de textos bíblicos e sua interpretação, assim como a aquisição de materiais impressos complementares, permitindo afirmar o lugar de centralidade ocupado pela Igreja Católica no desenvolvimento de práticas de leitura nessa comunidade, para adultos com escolarização tardia.

O teatro

Carolina Mafra de Sá e Ana Maria de Oliveira Galvão analisam o papel do teatro, compreendido como espaço formativo e situado nas fronteiras híbridas entre oralidade e escrita, como uma forma de participação de pessoas letradas nas culturas do escrito, nas primeiras décadas do século XX em Minas Gerais. São focalizadas as relações que comunidades letradas estabelecem o oral, complexificando-se a noção de oralidade, geralmente entendida em oposição à escrita. Foram analisados acervos de associações de teatro amador que reúnem recortes de jornais, programas de espetáculos, panfletos e fotografias sobre as produções dos clubes dramáticos da cidade de São João del Rei-MG. Entre algumas peças adaptadas de clássicos europeus, a maior parte dos espetáculos consistia em peças cômicas, alegres e/ou musicadas, denominadas de “teatro ligeiro”, com o objetivo de “civilizar” a plateia com modelos de comportamento e valores. As autoras ressaltam a indissociabilidade entre o texto escrito e a sua oralização, seja ela a declamação, a representação ou mesmo o auxílio do *ponto*, para a apreciação do público. Do desempenho desses mediadores do texto depende a “qualidade” do espetáculo.

Interdependência entre as instâncias

No capítulo escrito por Ana Galvão, Cecília Fadul, Larissa Neiva e Simone Neves, foi realizada a análise de autobiografias escritas por novos letrados, ou seja, homens e mulheres pertencentes à primeira geração de

“letrados” em suas linhagens familiares, nascidos na primeira metade do século XX em Minas Gerais e em Illinois, Estados Unidos. Tendo como objetivo compreender que táticas esses sujeitos utilizaram para participarem, de maneira mais efetiva, das culturas do escrito, foram identificadas, para cada autobiografia, referências a diversas instâncias como agentes de letramento, ganhando destaque aquelas analisadas nos capítulos anteriores: a família, a escola e a igreja. A família que contribui para essa participação, além de oferecer acesso a materiais escritos diversos e participar ativamente da vida escolar dos filhos, possui hábitos e valores considerados favoráveis à produção dessa disposição, tais como o hábito de escutar e contar histórias, a tendência a resolver tensões, utilizando argumentações, o incentivo à organização, à disciplina, ao trabalho intelectual e, em alguns casos, o uso de provérbios e ditados. O ambiente escolar é apresentado de modo distinto como agente de letramento quando oferece condições para o estudante praticar o debate e mediar discussões coletivas, quando o estudante incorpora o papel de bom aluno, se sente motivado a assumir papel de liderança. A frequência aos cultos e celebrações e o contato com impressos de diversas naturezas por meio desses rituais torna a igreja e a religiosidade uma instância de letramento.

O estudo dos objetos

Outra via de entrada para apreender o lugar ocupado pelo escrito em outros tempos e lugares também foi privilegiada no presente livro: o estudo dos objetos que lhe dão suporte. Entendemos que, para que possamos compreender o lugar que o escrito ocupa em determinada sociedade e tempo histórico é preciso analisar que papel desempenham alguns objetos na vida material e simbólica de indivíduos e grupos sociais. Entre esses objetos, destacam-se, para dar apenas alguns exemplos, o livro, a revista, o jornal, o panfleto, o folheto, o impresso religioso, a folha volante, o bilhete, a carta, o telegrama, os catecismos, o cartaz, o documento civil, o recibo, o almanaque, o cordel, o calendário, a história em quadrinhos, o diário, o túmulo, o trabalho acadêmico, o texto produzido e divulgado na internet. Em trabalho já citado (Galvão 2010), verificamos que, entre os objetos mais pesquisados no Brasil, estão os periódicos (revistas e jornais), responsáveis por 29,6% da produção, obras literárias (25,7%) e livros di-

dáticos (24,8%). Os estudos reunidos neste livro buscam aprofundar o estudo de dois objetos tradicionalmente já analisados no campo – o livro e a correspondência – e, ao mesmo tempo, ampliar o nosso olhar para objetos pouco visualizados – no caso, o *haikai*.

O livro

Tendo como objeto de análise o processo de escrita, produção e recepção do livro *O menino poeta* (1943), de Henriqueta Lisboa, Raquel Cristina Baêta Barbosa e Isabel Cristina Alves da Silva Frade realizam uma pesquisa documental em que fazem dialogar diferentes versões impressas da obra e outros documentos que se referem à produção, edição, circulação e recepção de *O Menino Poeta*. Por meio da análise das correspondências trocadas entre Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade, as pesquisadoras analisam as contribuições do escritor para a construção do livro e a rica interlocução que se estabeleceu entre os dois escritores. Ressalta-se a importância atribuída por Henriqueta Lisboa às críticas e sugestões do amigo escritor, o que teria contribuído para a sua formação como poetisa.

Correspondência

Eliane Marta Teixeira Lopes apresenta a proficiência da correspondência pessoal nas pesquisas históricas e utiliza como fonte principal de seu texto oito cartas escritas por Constância Guimarães entre 1887 e 1888, quando tinha 17 anos e residia em Ouro Preto, Minas Gerais. Filha do escritor Bernardo Guimarães, Constância retrata em suas cartas, enviadas às primas, aspectos do cotidiano familiar íntimo, seus sentimentos e impressões, além do desenvolvimento da tuberculose, doença pela qual veio a falecer em 1888.

Haiku

No capítulo seguinte, Mônica Jinzenji analisa os sentidos atribuídos a uma prática cultural, a escrita de *haiku*, por um grupo de mulheres de origem japonesa na região Norte de Minas Gerais, no período de 1988 a 2007. Trata-se de investigar o lugar ocupado pela escrita, como prática

cultural, e pelo escrito, ou seja, os textos e seus suportes, no cotidiano desse grupo. O estudo se baseia em entrevistas realizadas com cinco mulheres, ex-integrantes do grupo de haiku, periódicos locais e documentos pertencentes às entrevistadas, tais como livros de ata, contendo o registro das produções e livretos de divulgação dos poemas. A escrita de haiku, que envolvia um ritual de contemplação da natureza em busca de inspiração, escrita individual e leitura coletiva mediava a relação das mulheres com a natureza e com a própria cultura, tornando-as mais “familiarizadas” com o contexto para onde migraram. Isso fazia dessa prática um processo que era ao mesmo tempo de “enraizamento cultural” (escrita na língua japonesa), como também de apropriação da cultura local. Além disso, as mulheres poetas aprimoravam o conhecimento e o uso da língua japonesa, recorrendo a dicionários; ampliavam o vocabulário ao ler os haiku das amigas mais fluentes e mesmo desenvolviam táticas para produzirem haiku em meio a rotinas intensas de trabalho.

O estudo dos sujeitos

A terceira via de entrada que propomos para investigar a cultura escrita em determinado contexto é aquela que focaliza os sujeitos que, em suas vivências cotidianas, constroem, historicamente, os lugares simbólicos e materiais que o escrito ocupa nos grupos e nas sociedades que os constituem (e, que, ao mesmo tempo, ajudam a constituir). Ganham relevância, nessa direção, estudos que analisam trajetórias individuais, familiares e sociais de atores que se relacionam, direta ou indiretamente, ao mundo escrito. Por um lado, julgamos ser importante investigar indivíduos e grupos já estabelecidos na cultura do escrito, ou seja, aqueles que pertencem a uma linhagem familiar e/ou social que já tem, há mais de uma geração, intimidade com o ler e o escrever; ou seja, os herdeiros de capital cultural, para usar uma expressão de Bourdieu e Passeron (1966). Na mesma direção, é também relevante focalizar as trajetórias de intelectuais que, mesmo quando não são originários de famílias com as características acima referidas, constroem uma relação de participação intensa na cultura escrita legítima de uma determinada época. Por outro lado, tornam-se es-

senciais também os estudos que enfocam trajetórias de sujeitos analfabetos, semialfabetizados e “novos letrados”. Nesse sentido, são importantes os estudos que acompanham os processos de transmissão intergeracional do ler e do escrever em uma mesma família. Destacam-se, ainda, os trabalhos que estudam trajetórias de grupos específicos, como mulheres e negros, ou aqueles que se detêm sobre trajetórias de autodidatas. Embora, portanto, em nossa compreensão, seja necessário estudar essa diversidade de sujeitos relacionados ao escrito, aqueles que têm merecido maior investimento das pesquisas realizadas sobre o tema no Brasil têm sido os escritores de obras literárias (29,7%) e as mulheres leitoras e escritoras (17,1%) (Galvão 2010). Podemos afirmar que, de modo geral, os sujeitos mais investigados são, portanto, aqueles que se aproximaram de instâncias legítimas de produção do escrito, como é o caso dos escritores de obras reconhecidas e publicadas. Neste livro, buscamos ampliar esse olhar, ao trazer estudos sobre mulheres e negros de meios populares, e sobre a apropriação de certo tipo de impresso – as revistas de fotonovelas – por leitores com diferentes perfis.

Mulheres quilombolas

As mulheres quilombolas são os sujeitos centrais na análise realizada por Maria Raquel Dias Sales Ferreira, Carmem Lúcia Eiterer e Shirley Aparecida de Miranda, que analisam os modos de participação nas culturas do escrito por um grupo de mulheres pertencente à Comunidade Quilombola do Mato do Tição, situada próximo à região metropolitana de Belo Horizonte. Tendo origem no final do século XIX, reconhecido e legalizado em 2006, a comunidade é composta por 180 moradores. Por meio da etnografia, as autoras identificam o complexo processo de ressignificação da identidade dos membros da comunidade, destacando-se as líderes comunitárias. Para se afirmarem quilombolas, significava reconhecer e se apropriar da escrita como um artefato político, por meio do qual é possível tanto ser manipulado, como manipular; manejar negociações e acordos no processo de resistência e na luta por reconhecimento de direitos. A escrita, portanto, assume lugar como um dispositivo que está a serviço da agência de uma identidade que conjuga raça, gênero e ancestralidade.

Um professor do Alto Sertão Baiano

A biblioteca de um professor baiano é a temática abordada por Joseni Pereira Meira Reis, que busca analisar as relações que um professor considerado “novo letrado” estabeleceu com a cultura escrita no seu percurso formativo e na sua atividade profissional no Alto Sertão da Bahia, no período de 1909 a 1957. Utilizou, como fontes, parte do acervo que formava a biblioteca do Professor Alfredo José da Silva (composto por 709 livros), sua autobiografia, cadernos de anotações, catálogos manuscritos do acervo da sua biblioteca, cadernos de anotações literárias, recorte de jornais e escritos que foram retirados do interior dos seus livros que se encontram no Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). A trajetória do Professor Alfredo Silva, que foi normalista, atuou no magistério e se tornou professor de Língua Portuguesa e Literatura na Escola Normal de Caetité, foi marcada pela intensa rede de sociabilidade com pessoas influentes das localidades onde atuou. A pesquisadora conclui que possuir um vasto acervo bibliográfico demonstrava a posse de capital cultural, o que, de certa forma, contribuiu para a sua efetiva participação na sociedade, bem como lhe permitiu conquistar o respeito junto aos seus pares.

Uma nova leitora

Fabiana Cristina da Silva, Andrea Tereza Ferreira Brito e Clara Maria Miranda de Sousa analisam a biblioteca pessoal de uma “nova leitora”, filha de uma família “não herdeira” e pertencente aos meios populares. O estudo tem como foco o período compreendido entre as décadas de 1960 e 1990, nos estados da Paraíba e de Pernambuco, onde o sujeito analisado viveu a maior parte de sua trajetória escolar, vindo a se tornar professora universitária. A pesquisa foi desenvolvida por meio de entrevistas com a nova leitora e da análise do seu acervo. A constituição de sua biblioteca pessoal, composta por 2000 materiais, entre livros e outros escritos, teria iniciado com sua formação acadêmica, na década de 1970, sendo incorporados materiais de outros membros da família, assim como bibliografia não acadêmica, cuja organização e preservação estão sob a responsabilidade principal da entrevistada. A biblioteca, que se encontra em sua residência, é compartilhada por outros membros da família, indicando que

se trata de um sujeito que seguiu uma trajetória improvável, e contribui para ampliar a participação nas culturas do escrito das novas gerações da mesma família.

Os leitores de fotonovelas

Juliana Ferreira de Melo busca investigar os Leitores-Modelo e a apropriação da revista de fotonovela *Grande Hotel*, entre as décadas de 1940 e 1960 em Belo Horizonte, Minas Gerais. O estudo foi realizado tanto a partir da análise de exemplares da revista, como a partir de entrevistas com leitores da época (cujo perfil era diversificado quanto ao gênero, à classe social e escolaridade), que relataram suas experiências de leitura. A pesquisadora conclui que, embora tradicionalmente se considerem as fotonovelas como leituras “femininas” e “populares”, o estudo indicou que o público leitor de *Grande Hotel* era constituído tanto por homens, quanto por mulheres, leitores esses cuja escolaridade e forma de participação nas culturas do escrito eram também bastante variadas, assim como a origem e o pertencimento social. Portanto, ao mesmo tempo em que o Leitor-Modelo da revista *Grande Hotel* configurou-se de maneira híbrida, ele também foi construído para ser geral. Isso se deve às circunstâncias de produção da revista, concebida para ter uma ampla circulação.

Relação do escrito com outras linguagens

Por fim, há, no presente livro, estudos que buscam ampliar a nossa compreensão sobre as relações que se estabelecem entre o escrito e outras dimensões da linguagem. Embora esse tipo de estudo não constitua uma via de entrada propriamente dita para compreender a cultura escrita, ele é essencial, pois não se pode compreender, com a necessária profundidade, o papel que o escrito ocupa em determinadas épocas e para certos grupos sociais, sem analisar o lugar ocupado por outras linguagens no mesmo contexto. Temos, nos últimos anos, na esteira de vários outros autores,⁵

5. Ver, entre outros, Galvão e Batista (2006) e Melo (2008).

reiteradamente insistido na necessidade de não dicotomizar oralidade e cultura escrita, especialmente em um País como o Brasil, de escolarização, de imprensa e de generalização da alfabetização recentes, pois, em muitos casos, a aproximação com a cultura escrita dá-se, exatamente, por meio de sociabilidades em que há predominância da palavra oralizada.⁶ No presente livro, além da oralidade, privilegiamos a discussão sobre as relações entre cultura escrita e cultura digital e entre cultura escrita e imagem. Além disso, o último artigo do livro busca problematizar algumas dessas relações por meio da análise da obra de um autor específico: David Olson.

A dimensão oral da linguagem

No primeiro dos textos cuja ênfase da discussão é a oralidade nas culturas do escrito, Josiley Francisco de Souza apresenta um quadro de publicações realizadas no Brasil, desde o final do século XIX, que se dedicaram ao registro de contos de tradição oral em que é possível observar ressonâncias de vozes afrobrasileiras. Segundo o pesquisador, se por um lado é impossível encontrar contos “genuinamente africanos” registrados em território brasileiro, na tradição oral, “arte da movência, os contos, transmitidos através de inúmeras performances por diferentes corpos, tempos e lugares, são permeados de muitas ressonâncias, resultado do entrecruzamento de inúmeras vozes”. Nesse sentido, as vozes afrobrasileiras emergem dos modos mais multifacetados: por intermédio de personagens, de enredos, de vocábulos inscritos em cantos ou dos próprios narradores, como a mulher negra contadora de histórias.

No segundo texto, de Keu Apoema, a autora parte de sua participação no Festival Yeleenem 2011-2012, evento que reúne anualmente narradores de histórias de países africanos francófonos, para discutir sobre a relação entre os contadores de histórias tradicionais e contemporâneos

6. É o caso, por exemplo, de escravos que ouviam notícias de jornal lidas em voz alta no espaço público ou nas casas em que viviam, ou de ouvintes de literatura de cordel que, mesmo sem saber ler, usufruíam da leitura do impresso por outrem. O número de pessoas que vivenciaram o contato, muitas vezes intenso, com a palavra escrita parece, portanto, ter sido muito mais significativo do que deixam entrever os índices de alfabetização e de escolarização ao longo da nossa história.

na atualidade. Além da observação e participação nas apresentações públicas do Festival, a pesquisadora realizou entrevistas com contadores de histórias tradicionais e contemporâneos de Burkina Faso e Mali. A autora identifica a relação tensa estabelecida entre o “antigo” e “novo”, presente no próprio festival, marcado, por um lado, pela reverência a experiências enraizadas no passado, na ancestralidade, na oralidade como fundante de toda a vida social e cultural, aliada a um esforço para que elas não desapareçam e, por outro lado, o reconhecimento de uma categoria artística contemporânea, a do espetáculo, do contador de histórias que sobe no palco com o desejo, sobretudo, de divertir.

O digital

Daniela Perri Bandeira analisa, em seu capítulo, a tela como suporte e as práticas de leitura e escrita nas redes sociais digitais como uma nova modalidade de participação nas culturas do escrito, como objeto. Entrevistando uma usuária do *Facebook* – líder entre as redes sociais mais acessadas na época de realização da pesquisa — e analisando a sua página pessoal nessa rede social, a pesquisadora discute sobre como a multimodalidade, ou seja, a interlocução do escrito com a imagem e o som, característico dessa rede social, influencia os modos de ler e escrever, uma vez que inauguram uma nova textualidade, não encontrada nem nas formas manuscritas e impressas do escrito, nem nas formas mais tradicionais da própria cultura digital. A prática da escrita parece enfatizar os aspectos discursivos e não linguísticos, e a rede social tem se configurado mais como “espaço” de lazer que de ampliação de conhecimento ou trabalho criativo. Entretanto, trata-se de um fenômeno ainda recente, cujos impactos ainda carecem de mais estudos para serem compreendidos em maior profundidade.

A imagem

Em seu texto, Maria Betânia e Silva discute a relação entre imagem e significado no debate das artes visuais, buscando complexificar a noção tradicional de alfabetismos/letramentos. A pesquisa foi desenvolvida em Recife com 50 estudantes do curso superior de Artes Visuais da Universidade Federal de Pernambuco, que foram convidados a participar da pes-

quisa com a produção de memoriais descritivos que relatassem experiências, exercícios e significados relativos às imagens e à arte com que tiveram contato desde a infância. Na análise, a família, a escola e outras instâncias, tais como livros, festivais, visitas foram apresentados como espaços que proporcionaram experiências artísticas e visuais que promoveram contato, aproximações, experiências e aprendizagem da escrita e leitura imagética. Desse modo, a pesquisadora utiliza o termo “alfabetização” para a aprendizagem da linguagem e dos elementos que constituem a imagem, tais como, as formas, linhas, cores, texturas, volume, movimento, equilíbrio, etc. que fazem parte do sistema da escrita imagética e que precisam ser explorados pelas pessoas para que possam usá-los, compreendê-los e transformá-los, enriquecendo assim suas vivências.

O escrito, o oral e os processos cognitivos

O capítulo de Carlos Henrique de Souza Gerken tem como objetivo sintetizar e discutir os conceitos centrais que alicerçam o pensamento de David Olson para o campo de estudos sobre o letramento. Ao longo de sua produção, buscou compreender as consequências sociais, culturais e cognitivas do uso da linguagem oral e escrita. Segundo o pesquisador, o diálogo profícuo desenvolvido por Olson entre diferentes perspectivas de análise e entre diferentes campos do conhecimento permitiu superar a ideia preconceituosa que caracterizaria como pré-lógicos os conhecimentos produzidos e compartilhados nas sociedades ditas primitivas, bem como nas sociedades contemporâneas tradicionais, mostrando justamente o caráter lógico, abstrato e coerente implícito nas operações da linguagem (metonímia e metáfora). Ou seja, para a construção de uma teoria que pretenda apreender as transformações sociais, culturais e epistemológicas introduzidas pela linguagem escrita, é necessário compreender a complexidade das culturas predominantemente orais e a natureza essencialmente heterogênea do pensamento e das culturas humanas.

* * *

Inicialmente, o conjunto dos trabalhos permite visualizar a diversidade temática, de abordagens e métodos de pesquisa que constituem

o campo de estudos sobre cultura escrita, o que indica a proficuidade da área e a multiplicidade de problemas que ela possibilita discutir. A diversidade que se emerge guarda relação, também, com o trabalho multidisciplinar e interdisciplinar característico das pesquisas aqui desenvolvidas, possibilitada pelo diálogo constante entre as/os pesquisadoras/es em ricos momentos de interlocução. Assim, os autores e as autoras dos capítulos que constituem este livro possuem em comum o interesse pelo campo educativo e partem de formações iniciais diversas, tais como Letras, Artes Visuais, Pedagogia, Psicologia, Administração, História.

Em relação à publicação anterior, *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*, produzido pelo mesmo grupo de pesquisa em 2007, este volume, além de agregar novos pesquisadores, apresenta uma maior diversidade temática, que reflete o amadurecimento do campo, que tem agregado objetos contemporâneos e também vem se debruçando sobre grupos socioculturais ainda pouco estudados pelas pesquisas em Educação, História e Cultura Escrita, tais como as minorias étnicas, mulheres negras, pessoas comuns, anônimas. Da mesma forma, têm buscado desnaturalizar afirmações que se constituíram hegemônicas, como a superioridade da escrita sobre a oralidade, e mesmo a distinção dos dois processos no desenvolvimento de modos de pensamento e raciocínio considerados mais sofisticados; a participação mais efetiva nas culturas do escrito por sujeitos e grupos considerados improváveis. Uma importante contribuição dos estudos presentes neste livro se refere, portanto, à complexificação do lugar do escrito nas transformações culturais, apresentando a indissociabilidade entre o oral e o escrito na compreensão das relações que os sujeitos estabelecem com o mundo e com os modos pelos quais o interpretam, mediados pelo escrito, como as performances teatrais e sua apreciação, a participação em cultos religiosos, a escrita nas redes sociais, algumas propriedades cognitivas.

Pretendemos, assim, com a publicação, contribuir com reflexões que atravessam o século XXI, com novas perspectivas e novas perguntas, sempre em diálogo com as configurações políticas e culturais que possibilitam essas mesmas perguntas: que transformações têm impactado os modos de participação nas culturas do escrito? Por que sujeitos? Como se caracterizam? Como essas transformações provocam nosso olhar acerca de questões que pertenciam a outros tempos?

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude (1966[2014]). *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- CHARTIER, Roger (2002). *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora da Unesp.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira *et al.* (orgs.) (2007). *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira e BATISTA, Antônio Augusto Gomes (2006). “Oralidade e escrita: uma revisão.” *Cadernos de Pesquisa*, vol. 36, nº 128. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (2010). “História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa”, in: MARINHO, Marildes e CARVALHO, Gilcinei (orgs.) *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Autêntica.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; FRADE, Isabel C. A. (2016). “Dossiê: história da cultura escrita – Apresentação”. *Revista Brasileira de História da Educação*: Maringá, PR. v.16, n.1(40), pp. 207-214, jan./abr.
- GEERTZ, Clifford (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- LISBOA, Henriqueta (1943). *O menino poeta*. Rio de Janeiro: Bedeschi.
- MELO, Juliana Ferreira de (2008). *Modos e condições de participação nas culturas do escrito: Pedro Nava e a formação na família (1903-1913)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.